

## **REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FORMAS DE FUNCIONAMENTO.**

Elizabete Cristina de Souza de Aguiar, Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti, Ricardo César Gonçalves Santana. – Ciência da Informação – Biblioteconomia – Departamento de Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciência – Campus de Marília.

No final de 2002 iniciou-se uma revolução na rede de comunicação científica e informacional mudando a dinâmica no processo de comunicação científica, sua publicação, organização, armazenamento, disseminação, acesso, uso e preservação. Os Repositórios Institucionais (RIs) surgiram como uma nova estratégia e permitiu que as universidades acelerassem mudanças no desenvolvimento científico e em sua comunicação (LYNCH, 2003, p. 1).

Repositórios Institucionais são ambientes computadorizados que permitem o armazenamento, descrição, recuperação, disseminação, acesso e preservação por longo prazo do material científico em formato digital da comunidade acadêmica das Universidades, como laboratórios, departamentos, centros de pesquisa entre outros.

Os RIs são ambientes recentes, com estudos, experiências, implantação e implementação em algumas universidades, que tem muito a ser analisado e discutido sobre seus diversos aspectos, para o conhecimento e esclarecimento de suas potencialidades e limitações.

Esses ambientes surgiram com o desenvolvimento dos Repositórios Temáticos que, de acordo com Café et al (2003, p. 3) se constituem em

[...] um conjunto de trabalhos de pesquisa de um determinada área do conhecimento, disponibilizados na Internet. Esses repositórios utilizam tecnologias abertas e seguem a filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, promovendo a maior acessibilidade à produção dos pesquisadores e a discussão entre os pares.

As universidades têm vários departamentos divididos em áreas do conhecimento, e cada departamento pode ter seu Repositório Temático específico. A união de todos os Repositórios Temáticos sobre a responsabilidade da Universidade compõe o Repositório Institucional (RI) (CAFÉ et al, 2003, p. 4).

Rodrigues (2004, p. 2) destaca que os RIs têm o intuito de responder a duas principais questões que as Universidades enfrentam

- contribuir para o aumento da visibilidade, estatuto, imagem e “valor” público da instituição, servindo como indicador tangível da qualidade dessa universidade e demonstrando a relevância científica, econômica e social das suas atividades de investigação e ensino;
- contribuir para a reforma do sistema de comunicação científica, expandindo o acesso aos resultados da investigação, reassumindo o controle acadêmico sobre a publicação científica, aumentando a competição e reduzindo o monopólio das revistas científicas, o que se pode traduzir também em economias para as universidades e as bibliotecas que as servem.

Desse modo, os RIs podem reunir a produção intelectual dos pesquisadores da Universidade, promovendo o acesso livre, difundindo e projetando essa produção junto às comunidades universitárias, científicas e sociedade em geral. Com isso, demonstram seus valores científicos, culturais, econômicos e sociais, podendo aumentar a captação de recursos financeiros para as atividades de pesquisas.

De acordo com Lynch (2003, p. 2, tradução nossa) os RIs são

[...] serviços que uma universidade oferece aos membros de sua comunidade para a administração e disseminação dos materiais digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade. Isto é mais essencialmente um compromisso

organizacional para a administração desses materiais, incluindo a preservação a longo prazo no lugar apropriado, assim como a organização e acesso ou distribuição.

A Universidade detentora do Repositório gerencia e dissemina o material digital incluindo sua preservação por longo prazo e assegurando a existência dos sistemas de hardware e software, envolvendo políticas de ação, recursos financeiros para compra e manutenção de equipamentos e contratação de profissionais.

Esses Repositórios inserem-se na “filosofia aberta” envolvendo a *Open Archive Initiative* ou Iniciativa dos Arquivos Abertos, *Sel-Archive* ou Auto-Arquivamento e *Open Access* ou Acesso Livre. São multidisciplinares, com tipologia variada de documentos, implementados através de plataforma *open source* em que o código fonte é aberto e permite que seja adaptado de acordo com as necessidades locais. Utilizam metadados para descrição dos documentos e protocolo para possibilitar interoperabilidade com outros sistemas.

Iniciativa de Arquivos Abertos - *Open Archive Initiative* é uma iniciativa que objetiva desenvolver e promover padrões de interoperabilidade para facilitar a eficiente disseminação de conteúdos na World Wide Web.

Um dos ideais dos Open Archives é possibilitar a interoperabilidade com outros sistemas para troca de informações. Para possibilitar essa interoperabilidade entre os sistemas e facilitar a difusão de conteúdos de forma eficiente e normalizada, a Open Archive Initiative desenvolveu um protocolo, o Open Archive Initiative – Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) um protocolo de coleta de metadados que permite que as informações sejam visíveis e compartilhadas na Internet de acordo com padrão de interoperabilidade.

Rodrigues (2004, p 3) explica que o protocolo OAI é

um protocolo que permite aos fornecedores de informação disponibilizar e expor pela Internet os metadados de cada um de seus recursos. Desta forma os metadados ficam disponíveis para serem recolhidos por serviços especializados em indexação de recursos científicos e passam a constituir as bases de dados desse tipo de serviços.

Os metadados, de forma simples, são dados sobre dados, um conjunto de dados chamados de elementos que descrevem informações como nome, título, formato entre outras, organizando a informação, com o objetivo de permitir a pesquisa e sua recuperação.

O *Sel-Archive* permite que o autor deposite no ambiente digital o seu documento digital. De acordo com Café (2004, p. 6) “auto-arquivar significa depositar um documento digital em um *site* público da web, preferencialmente em repositório do tipo *Eprint* compilado para o protocolo *Open Archive Initiative* (OAI)”.

Open Access é um movimento de acesso livre à literatura científica com a proposta de solucionar alguns problemas atuais relacionados a comunicação científica, como por exemplo, a eliminação de taxas aos leitores e bibliotecas e a quebra das barreiras de permissão de acesso.

Uma publicação científica é considerada de Acesso Aberto quando atinge as seguintes condições:

1. O autor e o detentor de direito autoral garantem a todos os usuários o direito de acesso perpétuo no mundo todo, irrevogável e livre, bem como uma cópia de licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e mostrar o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito respeitável, sujeito a atribuir apropriadamente o direito autoral e também o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal.
2. A versão completa do trabalho e também de todo material suplementar, incluindo a cópia de permissão como estipulada acima, num formato eletrônico de padrão conveniente é depositada imediatamente após a publicação em ao menos um repositório *online* mantido por uma instituição ou sociedade acadêmica, agência governamental ou outra agência bem estabelecida que procure disponibilizar o

acesso aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento por longo tempo (OPEN ACCESS...[2006])

Um documento científico em um Repositório Institucional ou Temático de acesso aberto torna-se visível, acessível e disponível para os pesquisadores. Isso faz com que o impacto da pesquisa seja maior e trazendo prestígio para o pesquisador e para a Instituição da qual faz parte e a comunidade em geral.

Com o desenvolvimento dos RIs surge o receio relacionado a vulnerabilidade do ambiente digital nos sistemas de hardware e software e, devido a isso, a possível perda de todos os documentos gerados e registrados. É importante destacar que se o suporte à tecnologia for interrompido, o acesso à informação é perdido. (THOMAS; SOARES, 2004, p. 2)

Para ter acesso aos recursos digitais ao longo do tempo é imprescindível assegurar a existência dos sistemas de hardware e software compatíveis e ter um conjunto de metadados que os enquadre e os documento (SARAMAGO, 2004, p. 1). Também é necessário políticas e medidas de preservação digital que garantam que um objeto digital esteja acessível e utilizável ao longo do tempo (THOMAS; SOARES, 2004, p. 6).

A preservação digital é definida por Hedstrom (1997, p. tradução nossa) como

Planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos de preservação e tecnologias necessárias para que a informação digital de valor contínuo[1] permaneça acessível e utilizável por longo prazo, considerando-se neste caso longo prazo, o tempo suficiente para preocupar-se com os impactos de mudanças tecnológicas. A preservação digital aplica-se tanto a documentos "nato-digitais"[2] quanto a documentos convertidos do formato convencional para o formato digital.

Desse modo, essa pesquisa descritiva estuda os conceitos, características e formas de funcionamentos dos Repositórios Institucionais com seus processos e mecanismos para a preservação dos documentos científicos em suporte digital, fazendo uma explanação sobre os movimentos *Open Access*, *Open Archives* e *Self-archive*, que lhe dão sustentação.

Para tanto realiza revisão de literatura e identificação de algumas experiências desenvolvidas em comunidades de língua portuguesa como o Brasil e Portugal.

Até o momento verificamos que número de Repositórios Institucionais em pleno funcionamento no Brasil está aumentando. Tal aspecto tem demonstrado que o Repositório Institucional é um desafio que requer investimento para sua implantação, que está em processo de implementação em várias Universidades e que tende a crescer uma vez que suas funções de disseminação e memória estão presentes na comunidade científica/digital.

Os Repositórios Institucionais são estratégias recentes que requerem muitos estudos, mesmo com várias experiências nas Universidades e outras instituições de pesquisa e ensino, entretanto, quanto maior a difusão, maior será sua aceitação como forma de publicação científica.

O Repositório Institucional é um grande investimento para o aumento do impacto do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores, aprimorando os fundos para a pesquisa e beneficiando a comunidade com informações atualizadas e preservando a memória institucional.

## Referências Bibliográficas

CAFÉ, L. et al. **Repositórios institucionais digitais**: nova estratégia para publicação científica na Rede. XII ENDECOM – Encontro Nacional de Informação em Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, Minas Gerais, setembro, 2003.

Café, L.; Lage, M. B. Auto-arquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **DataGramaZero** - *Revista de Ciência da Informação*. vol.3. n.3, jun.2002 Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun02/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/jun02/Art_04.htm)>. Acesso em: 23/15/2005

HEDSTROM, M. Digital preservation; o time bomb for digital libraries. **Computer and the Humanities**, v.31, n.3, 1997/1998, p. 189-202. Disponível em: <<http://www.uky.edu/~kiernan/DL/hedstrom.html>>. Acesso em: 03 abr. 2004.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: Essential Infrastructure for Scholarship in the Digital Age. **ARL Bimonthly Report** 26. Disponível em: [http:// www.arl.org/newsltr/226/ir.html](http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html). Acesso em: 25 out. 2004.

OPEN ACCESS. Disponível em: <http://clube-oai.incubadora.fapesp.br/portal/openaccess> .Acesso em: 21 jan. 2006.

RODRIGUES, E. RepositóriUM: repositório institucional da Universidade do Minho. In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, 2004. Disponível em: [http://www.portcom.intercom.org.br/institucional/a\\_rede/endecom/2004.Eloy.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/institucional/a_rede/endecom/2004.Eloy.pdf). Acesso em: 01 set. 2005.

SARAMAGO, M.L. **Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS**. Disponível em <http://sapp.telepac.pt/apbad/congresso8/comm2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2005.

THOMAZ, K.; SOARES, A.J. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information. **DataGramaZero**, v.5, n.1, p. , 2004